MODERNOS & CONTEMPORÂNEOS

Revista de Filosofia do IFCH da Universidade Estadual de Campinas, v. 9, n. 22., jul./dez., 2025.

A verdade em Lacan: uma leitura de "A carta roubada"

Truth in Lacan: a reading of "The purloined letter"

Joao Paulo de Jesus Severo da Costa[1]

Resumo: O presente artigo propõe uma leitura do texto "Seminário sobre a carta roubada" (Le séminaire sur "La lettre volée", 1956), de Jacques Lacan, à luz da problemática da verdade. Trata-se de examinar como, nesse texto inaugural dos *Escritos*, a verdade se articula à estrutura do significante, à posição do sujeito e à lógica do engano, constituindo um deslocamento decisivo em relação à concepção clássica de verdade como correspondência. Ao demonstrar que a verdade emerge apenas como efeito de linguagem, Lacan funda um novo regime de pensamento no campo da psicanálise, no qual o saber é atravessado pela falta e o sujeito se constitui na relação com o Outro simbólico.

Palavras-chave: Verdade; Sujeito; Significante; Psicanálise; Jacques Lacan.

Abstract: This article proposes a reading of Jacques Lacan's text "Seminar on 'The Purloined Letter'" (Le séminaire sur "La lettre volée", 1956) in light of the problem of truth. The aim is to examine how, in this inaugural text of the *Écrits*, truth is articulated to the structure of the signifier, the position of the subject, and the logic of deception, establishing a decisive shift from the classical conception of truth as correspondence. By demonstrating that truth emerges only as an effect of language, Lacan establishes a new regime of thought within psychoanalysis, in which knowledge is crossed by lack and the subject is constituted in relation to the symbolic Other.

Keywords: Truth; Subject; Signifier; Psychoanalysis; Jacques Lacan.

1 Psicanalista, Mestre em Filosofia do Direito pela UNIVEM-Marília. Lattes: http://lattes.cnpq.br/9794809142539158. ORCID: https://orcid.org/0009-0007-5809-378X

O problema da verdade e o retorno a Freud

A noção de verdade ocupa, desde a Antiguidade, um lugar central na filosofia ocidental, concebida, em larga escala, a partir de uma correspondência entre o pensamento e o ser, como revelação do ente ou como condição transcendental de possibilidade do conhecimento. Essa tradição, fundada na *adaequatio rei et intellectus*, foi retomada pela escolástica e reenquadrada pela filosofia moderna, culminando, em Kant, na distinção entre fenômeno e coisa-em-si (*Ding an sich)*[2].

Desse modo, a verdade, em seu horizonte clássico, responde à uma questão de adequação: trata-se de medir o grau de correspondência entre a representação e a realidade. Como formula Tomás de Aquino, "*veritas est adaequatio rei et intellectus*" — a verdade consiste na correspondência entre o entendimento e a coisa. Essa concepção estabelece o paradigma de uma razão capaz de apreender o real a partir da coincidência entre pensamento e ser, paradigma que Lacan subverterá em suas coordenadas epistêmicas.

Lacan, ao reinscrever a psicanálise no campo da linguagem, desloca o eixo dessa tradição. A verdade, para ele, deixa de ser uma questão de correspondência e passa a ser pensada como efeito estrutural da linguagem, inseparável da posição do sujeito e de sua relação com o significante[3]. Essa virada não implica abandono do problema filosófico, mas reconfiguração radical de seus termos: em vez de correspondência entre intelecto e coisa, temos uma estrutura de mediação simbólica em que o sujeito é determinado pelo que o ultrapassa — o campo do Outro [4]

2 Podemos dividir, a princípio, essa tradição em três momentos paradigmáticos. No primeiro, os pré-socráticos concebem a verdade (aletheia) como "não-esquecimento", um desvelar do real encoberto pelo esquecimento originário, ideia que Platão retoma ao ver o conhecimento como reminiscência (anamnese) das ideias pré-encarnadas, tornando a verdade um movimento dinâmico de recordação, não uma posse estática. No segundo momento, a transição da oralidade à escrita transforma a relação com a verdade: a palavra falada, viva e performativa dos mitos e poesias, cede lugar à escrita fixada e reprodutível, especialmente com a sistematização platônica e a estabilização do alfabeto grego, elevando a verdade a um universal conceitual transmissível, distante da experiência ritual. Por fim, a emergência da retórica sofística introduz uma crise de representação, onde Protágoras e Górgias relativizam a verdade como função do discurso persuasivo e da posição subjetiva, negando uma absoluta; Sócrates e Platão contestam isso defendendo uma verdade ontológica superior à opinião (doxa), mas já instalam a tensão entre saber e dizer, herança reformulada pela psicanálise. Na modernidade, Kant reconfigura essa tradição ao distinguir fenômeno e coisa-em-si (*Ding an sich*), estabelecendo que o conhecimento humano se limita à experiência fenomênica, não ao objeto em si, e que a verdade científica depende da conformidade do conhecimento com as condições a priori da sensibilidade e das categorias: "As coisas em si mesmas — a coisa em si — são incognoscíveis". Dessa forma, a tradição da correspondência percorre a filosofia ocidental desde o pensamento pré-socrático até a epistemologia crítica kantiana, articulando ontologia, lógica e teoria do conhecimento.

3 Isso reforça uma idéia muito presente no debate moderno: pensar a verdade exige reconsiderar o próprio conceito de "conceito", ou seja, há sempre algo da verdade que escapa à formalização, seja por sua temporalidade, seja por seu vínculo com o ato de dizer. Assim, compreender a verdade na psicanálise implica revisitá-la em sua gênese filosófica e reconhecer o modo como ela se desdobra em uma ética do discurso

4 Lacan compara o Outro a uma rede de inscrições cujo tecido precede qualquer fala individual. O sujeito nasce "entre dois significantes", fenda onde o inconsciente escreve sua primeira carta.(1998, p. 497)

Essa concepção lacaniana da verdade encontra respaldo rigoroso no deslocamento epistemológico operado pelas ciências humanas no século XX, especialmente pela linguística estrutural e pela lógica formal. Ao romper com o modelo referencial da linguagem — no qual o signo aponta para um objeto prévio — Saussure estabelece que o valor de um significante não decorre de sua relação com o mundo, mas de sua posição diferencial no sistema da língua. Jakobson radicaliza essa perspectiva ao demonstrar que o sentido emerge da articulação entre eixos sintagmáticos e paradigmáticos, isto é, da combinatória e da substituição, e não da intenção subjetiva do falante. Lacan se apropria desse paradigma para afirmar que a verdade analítica não pode ser avaliada segundo critérios de verificação empírica ou adequação ontológica, mas segundo a coerência formal da cadeia significante. Trata-se, portanto, de uma verdade estrutural, análoga às verdades formais da lógica, cuja validade não depende de correspondência factual, mas da consistência interna do sistema simbólico que a produz.

Do ponto de vista lógico, essa redefinição da verdade articula-se à crítica moderna da totalização do saber, tal como formulada por Gödel [5]e retomada, em outro registro, por pensadores como Wittgenstein e Derrida. A impossibilidade de uma metalinguagem completa — isto é, de um discurso capaz de dizer toda a verdade sobre o próprio sistema que o sustenta — implica que toda produção de sentido comporta um resto irredutível. Lacan traduz essa impossibilidade lógica na tese segundo a qual "não há Outro do Outro", indicando que o campo simbólico carece de um fundamento último que garantiria a verdade como plenitude. A verdade analítica surge, assim, não como revelação de um conteúdo oculto, mas como efeito local de uma falha estrutural, ponto em que o saber se interrompe e o sujeito emerge como dividido. Essa formulação confere à psicanálise um estatuto científico singular: não o da ciência positiva, mas o de uma prática rigorosa fundada na formalização da impossibilidade[6].

5 "Qualquer sistema formal consistente suficientemente forte é incompleto: há proposições verdadeiras que não podem ser provadas dentro do sistema." (1986, v. 1, p. 145)

6 A formulação segundo a qual a verdade analítica não se revela, mas irrompe como efeito local de uma falha estrutural, remete à ideia de que o saber não é um corpo unificado e contínuo, mas um campo marcado por pontos de impossibilidade que nenhuma acumulação de conhecimento consegue suturar. É precisamente nesses pontos de interrupção — nesses momentos em que o discurso falha, tropeça ou se contradiz — que o sujeito aparece não como unidade plena, mas como dividido, estruturado em torno de um ponto de não-saber que o constitui. A verdade, nesse registro, não é um conteúdo pré-existente esperando ser encontrado, mas algo que se produz a partir do modo como o discurso se organiza, falha e se reinscreve. A psicanálise, ao tomar essa falha como operadora e não como obstáculo, funda para si um tipo singular de cientificidade: não baseada na previsibilidade causal da ciência positiva, mas na formalização rigorosa do impossível, isto é, na explicitação das leis que regem os limites internos do simbólico. É nesse espírito que ganha força a afirmação de que "a verdade tem estrutura de ficção", pois tal formulação não sugere relativismo, e sim que a verdade só se manifesta ao preço de sua própria incompletude, como efeito produzido na articulação significante. Assim, a prática analítica não busca eliminar a divisão do sujeito, mas operar em torno dela, reconhecendo que é justamente o impossível — aquilo que não se inscreve — que dá consistência ao que pode vir a ser dito.

No que concerne especificamente à carta em Poe, a insistência lacaniana na irrelevância de seu conteúdo não deve ser confundida com a ideia de um conteúdo fixo porém oculto. Ao contrário, o que o conto demonstra — e que Lacan formaliza — é que o conteúdo da carta é estruturalmente indeterminável a priori, sendo suscetível de se redefinir conforme o lugar que o significante ocupa na economia narrativa. Cada deslocamento da carta reorganiza retrospectivamente o campo de sentido: o que a carta "significa" para a Rainha, para o Ministro ou para Dupin não é o mesmo, pois o sentido não está na mensagem, mas na posição discursiva que ela instaura. Assim, qualquer tentativa de fixar seu conteúdo ignora que o significante só adquire valor na diferença e na sucessão temporal dos atos narrativos. A carta não carrega um segredo estável; ela produz efeitos de segredo, e esses efeitos variam conforme o desdobramento do conto[7].

Essa mutabilidade do conteúdo encontra sua formulação conceitual na noção lacaniana de *après-coup*: o sentido não precede o acontecimento, mas se constitui retroativamente a partir de sua inscrição na cadeia significante. O conteúdo da carta, portanto, não apenas é desconhecido, como é logicamente secundário em relação ao efeito que produz. É o percurso da carta que decide, a posteriori, o que ela "teria sido". Essa lógica retroativa aproxima a leitura lacaniana de Poe de uma teoria formal do sentido, na qual a verdade não é anterior ao discurso, mas efeito de sua articulação temporal. O conto não oculta uma verdade; ele a fabrica estruturalmente. Assim, a carta funciona como operador de uma verdade sem conteúdo próprio, demonstrando que, em psicanálise, a verdade não se revela, mas se escreve — e se escreve sempre de modo incompleto[8].

"*O Seminário sobre a carta roubada*", que abre os Escritos (1966), marca esse ponto de inflexão. Nele, Lacan retoma o conto homônimo de Edgar Allan Poe (The Purloined Letter, 1844) não para ilustrar uma teoria literária do inconsciente, mas para demonstrar, através da estrutura narrativa, a operação do significante e o

7 Lacan diz que"É a colocação da carta que designa o lugar de cada um, e não o contrário."(1998, p, 29). Ainda , no mesmo texto, frisa aquele que se torna um dos mais importantes registros sobre o tema : "A carta chega sempre ao seu destino, mas seu destino muda conforme o percurso." (idem, p. 40)

8 A mutabilidade radical do conteúdo — evidenciada no percurso da carta — fundamenta-se na operação temporal do après-coup. Nesse processo, o sentido não reside a priori no acontecimento, mas constitui-se retroativamente mediante sua inserção na cadeia significante. O conteúdo da carta, longe de ser um núcleo estável, revela-se não apenas desconhecido, mas logicamente subsidiário em relação aos efeitos que desencadeia. É o trajeto material da carta (seus deslocamentos entre personagens) que determina a posteriori o que ela "teria significado" em cada contexto. Essa temporalidade invertida — onde o presente redefine o passado — configura uma teoria formal do sentido: a verdade não precede o discurso, mas emerge como efeito de sua articulação narrativa no tempo. Assim, o conto não "esconde" uma verdade substancial; ele a fabrica estruturalmente através de deslocamentos que reconfiguram o campo simbólico. A carta opera, portanto, como um vetor de verdade sem conteúdo intrínseco, demonstrando que o verdadeiro em jogo não é desvelado, mas escrito na incompletude de sua própria articulação. Essa escrita nunca se totaliza: cada reposicionamento da carta abre novas lacunas, reafirmando que a verdade é um efeito de movimento, não uma substância a ser decifrada.

estatuto da verdade que dela decorre. A carta, objeto que circula entre os personagens, é o operador desta demonstração: conforme será desenvolvido na teoria lacaniana, seu conteúdo é irrelevante; o que importa é o percurso que ela realiza e as posições que define.

Esse gesto teórico inscreve-se no que Lacan chamou de "retorno a Freud" — uma operação de reinterpretação da doutrina freudiana a partir de sua dimensão linguística e simbólica. Entre 1953 e 1956, período que abrange *Função e campo da palavra e da linguagem em psicanálise* (1953), *A Coisa freudiana* (1955) e o *Seminário sobre A carta roubada* (1955), Lacan elabora progressivamente o deslocamento da verdade da esfera do conteúdo representacional para a da enunciação simbólica. Como assinala Kripper (2018, p. 09), esse movimento consolidou a centralidade da palavra na prática analítica e introduziu a história como dimensão constitutiva da verdade do sujeito .

A linguística estrutural, herdeira de Saussure, concebe a língua como sistema fechado de diferenças, onde cada termo vale por sua oposição aos demais. Contudo, essa concepção implica uma "totalidade" — um todo linguístico capaz de englobar e definir todos os elementos. Lacan denuncia a impossibilidade dessa postura metalinguística: não há como descrever a totalidade da linguagem sem ocupar um "lugar fora" dela. Tal lugar é impossível. Dessa impossibilidade nasce a necessidade de outro estatuto de verdade — não o da descrição científica, mas o da enunciação.

Ao reformular a verdade nesses termos, Lacan transforma o estatuto do saber e do próprio inconsciente. A enunciação deixa de ser o simples veículo da representação para tornar-se o campo onde o sujeito é produzido e no qual, o saber assume forma histórica, não substancial. O inconsciente, enquanto "saber que não se sabe", passa a ser lido como discurso: não depósito de conteúdos reprimidos, mas articulação que se manifesta no ato e na temporalidade de uma fala. O deslocamento que Lacan efetua é, assim, metodológico e ético: o analista não interpreta o já dito, mas lê o modo como o dizer se estrutura, evidenciando que todo saber comporta uma falha : aqui, "O lugar de onde pode emergir a verdade" designa o ponto estrutural do discurso em que o saber se mostra incompleto, abrindo a possibilidade de uma enunciação verdadeira como efeito da falha significante.

No texto objeto desse estudo, a verdade não é o que se revela pela luz do saber, mas o que se estrutura na sombra do significante. A carta — objeto "perdido" e "reencontrado" — funciona como metáfora da própria verdade: o que se busca não é o segredo que ela contém, mas o lugar que ocupa na rede simbólica.Ao circular entre os personagens, ela revela a estrutura do inconsciente, mostrando como o significante determina o sujeito e articula a verdade; a carta é um significante puro, e o percurso que realiza evidencia que a verdade, em Lacan, não está vinculada à revelação de um conteúdo, mas à articulação entre o dito e o não dito, entre o visível e o oculto, entre o sujeito e o Outro. A formulação lacaniana, "o sujeito é efeito do

significante" (LACAN, 1998, p. 497), marca uma posição não de origem, mas de efeito — efeito de uma cadeia significante que o constitui e determina. A verdade, então, não pode ser pensada como algo que o sujeito descobre, mas como aquilo que o constitui enquanto sujeito dividido[9]

O conto de Poe encena a estrutura da verdade inconsciente: a carta passa de mão em mão, determinando posições de poder e de saber, mas seu conteúdo jamais é revelado. Ao comentar esse texto, Lacan insiste que "a carta, enquanto significante, cumpre sempre o seu destino" (LACAN, 1998, p. 36); não importa quem a possua ou o que nela esteja escrito, pois o que determina seu efeito é o lugar que ocupa na estrutura. É nesse ponto que Lacan antecipa o que mais tarde chamará de lógica do significante: o sentido não decorre da intenção do sujeito, mas da posição ocupada na cadeia, e é precisamente porque essa posição comporta uma falha — um ponto em que o saber não se fecha — que a verdade pode advir como efeito de discurso.[10].

Essa redefinição do verdadeiro como estrutura distingue o campo da psicanálise do campo da ciência. Enquanto a ciência busca o saber totalizável, fundado na previsibilidade causal, a psicanálise se ancora na impossibilidade e na falta, reconhecendo que o sujeito se constitui no intervalo entre o que diz e o que escapa a seu dizer. Como observa Ramírez (2002, p. 5), o limite intrínseco da verdade está relacionado à cisão entre o sujeito do enunciado e o sujeito da enunciação — uma constante do pensamento lacaniano, inseparável da teoria do significante.

O sujeito do enunciado é aquele que fala — o 'eu' que se apresenta no discurso. Já o sujeito da enunciação é aquele que, sem saber, é falado pela linguagem. Como Lacan sintetiza: 'O sujeito não é quem fala, mas aquele a quem se fala. O eu do discurso é apenas um significante que representa o sujeito da enunciação para outro significante. Essa cisão estrutural revela que o sujeito consciente do enunciado é apenas um efeito de superfície, enquanto o sujeito verdadeiro (da enunciação) é constituído pela rede simbólica que o atravessa.

É nesse descompasso que a verdade se manifesta: não como correspondência entre o dito e o real, mas como efeito do modo como o dizer se articula na estrutura simbólica. Daí que, para Lacan, "só há dimensão de verdade a partir do momento em que há significante" (Lacan, 2014, p. 184). Essa tese encontra uma expressão exemplar em *A coisa freudiana* (1955), texto contemporâneo ao aqui estudado quando, Lacan afirma que "a coisa fala de si mesma", indicando que a verdade não é uma substância oculta, mas algo que se manifesta na própria fala, tema que trataremos de modo mais detalhado abaixo[11].

9 Em Poe, o engano é menos moral que estrutural: cada personagem se enreda numa verdade que apenas o desloca — a "cegueira" é, para Lacan, regra da estrutura, não exceção. (Kripper, 2018, p. 22)

10 "É o lugar do significante que determina o sujeito, e não o contrário. O significante é o que representa o sujeito para outro significante." (Lacan, 1999, p. 207)

11 "A coisa fala por si mesma, no duplo sentido de que fala por si mesma e de si mesma." (Lacan, 1998, p. 305)

A operação lacaniana consiste em reinscrever a verdade no registro da linguagem, a partir do reconhecimento de que o inconsciente é estruturado como uma linguagem. Ele se articula segundo uma lógica própria — a lógica do significante — cujas leis são formais, e não psicológicas, regidas por operações diferenciais como metáfora e metonímia, responsáveis tanto pela produção quanto pelas panes de sentido que atravessam o discurso. O sujeito, efeito dessa rede simbólica, é determinado por ela em seus atos, lapsos e formações do inconsciente, sem jamais dominar conscientemente os princípios que a organizam. A verdade, nesse contexto, não se apresenta como um conteúdo a ser desvelado, mas como um efeito de significação que emerge justamente nos pontos em que a cadeia significante falha ou se desloca, isto é, na articulação estrutural pela qual o sujeito é produzido como efeito do jogo entre os significantes. As operações que regem essa lógica e suas implicações clínicas serão retomadas de modo mais sistemático ao longo do texto.[12]

Em *A carta roubada*, a estrutura da rede significante se torna legível na circulação da carta entre os personagens — o rei, a rainha, o ministro D. e Dupin — que ocupam posições distintas na cadeia simbólica. A carta não expressa um conteúdo, mas redistribui lugares, produzindo efeitos de significação a partir de sua posição diferencial. Lacan interpreta o conto como uma demonstração de que o sentido não decorre da intenção dos sujeitos, mas da articulação do significante na estrutura: ao esconder a carta, o ministro D., longe de dominá-la, passa a ser determinado por ela. O significante o representa e o desloca, independentemente de sua vontade consciente, confirmando a tese segundo a qual "a carta, enquanto significante, exerce sua função independentemente da vontade dos sujeitos" (LACAN, 1998, p. 36).

A verdade não se apresenta como uma propriedade estável do sujeito, mas como um efeito produzido na articulação significante que o constitui. A psicanálise não visa uma verdade interior, entendida como conteúdo psicológico ou essência subjetiva, mas opera a partir da estrutura simbólica na qual o sujeito emerge como efeito do discurso. Como observa Ramírez (2002, p. 5), enquanto a ciência tende à totalização do saber, o campo psicanalítico reconhece a falha estrutural que atravessa toda enunciação. A verdade se manifesta precisamente nessa relação com o Outro, no intervalo entre o dito e o dizer. *A carta roubada* adquire, assim, valor paradigmático: não como encenação de um conteúdo oculto, mas como demonstração do circuito da verdade inconsciente, no qual o sujeito é deslocado por um significante que o representa sem jamais coincidir plenamente com seu lugar de fala.

A função do significante e a verdade como estrutura

Em "*A carta roubada*", Lacan toma a carta de Poe como metáfora do significante puro, cujo valor depende da posição que ocupa na cadeia simbólica. Lacan abre o texto com uma proposição lógica: "A carta sempre chega a seu destino" (1998, p. 26).

12 Iannini lembra que, em Lacan, o estilo é o lugar da verdade: não o que se diz, mas a forma de dizer que deixa ver o impossível do dizer.(IANNINI, 2012, p. 55).

Longe de ser uma afirmação empírica, trata-se de um axioma estrutural: uma vez inscrito na cadeia simbólica, o significante cumpre sua função independentemente da vontade ou do saber dos sujeitos.

Essa leitura é pedra angular da teoria lacaniana do significante, formulada entre 1953 e 1955. Em *"Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise"*, Lacan propõe que o inconsciente é estruturado como uma linguagem, inaugurando, em seu retorno a Freud, uma nova epistemologia da psicanálise. Seguindo essa linha, a carta não representa um segredo oculto, mas a posição que o sujeito ocupa em relação ao Outro. Desse modo, a subjetividade resulta da própria estrutura significante: a "chegada da carta" expressa a determinação simbólica que antecede e conforma o sujeito[13].

O estatuto do significante pode ser observado a partir de três propriedades estruturais: a) autonomia formal: o significante não depende do conteúdo, mas da posição (1972, p. 155); b) circularidade estrutural: cada deslocamento produz efeitos de verdade (1971, p. 255); c) função de representação: o significante representa o sujeito apenas na ausência daquele (1966, p. 259). Essas propriedades auxiliam na configuração da cadeia significante que, em 1956, Lacan formaliza implicitamente na leitura do conto de Poe.

Com base nessa formulação, a operação de Dupin no conto revela-se paradigmática. Ele não encontra a carta por um ato de dedução isolada, mas por acompanhar o deslizamento metonímico do significante ao longo da cadeia simbólica: supondo que o ministro permanece preso à lógica do segredo, Dupin reconhece que a carta se mantém à vista justamente por ter sido deslocada de lugar. Ao seguir esse movimento, ele reverte o jogo simbólico não por domínio do conteúdo, mas por reposicionamento estrutural, colocando-se no lugar do Outro e restabelecendo a ordem significante. Essa operação se mostra simétrica à posição do analista, que, em vez de buscar localizar um conteúdo recalcado, orienta-se pelo ponto em que o significante se deslocou na cadeia e continua a insistir.

A verdade, nesse sentido, não se revela pela consciência, mas pela posição que o sujeito ocupa no discurso. Lacan retoma a herança hegeliana para afirmar que "a verdade tem estrutura de ficção". A verdade, assim como o mito ou o sonho, não é o oposto da mentira, mas o seu complemento dialético: ela se constrói através da narrativa simbólica. Inspirado em Hegel, Lacan concebe a consciência como dividida entre certeza e verdade — aquilo que percebo e aquilo que me constitui enquanto falante. A verdade, portanto, é sempre parcial, dependente da posição do sujeito e de sua enunciação.

Assim, no conto, o ministro acredita controlar a cena, mas é o significante — a carta — que o conduz. Como observa Lacan, é a posição ocupada na estrutura, e

13 Iannini lembra que, em Lacan, o estilo é o lugar da verdade: não o que se diz, mas a forma de dizer que deixa ver o impossível do dizer (Iannini, 2012, p. 55).

não a intenção do sujeito, que determina a função do significante (LACAN, 1998, p. 27). É nesse ponto que se pode situar a castração, não como tema isolado, mas como operador lógico: ao recusar a perda implicada pela ordem simbólica, o sujeito busca sustentar uma posição de domínio impossível. Essa recusa não conduz à preservação de um saber ou de um poder, mas à repetição de uma mesma cena de fracasso, na qual o saber inconsciente insiste em se articular por deslocamentos, lapsos e atos falhos. Descobrir a verdade, portanto, não é apropriar-se de um conteúdo oculto, mas reconhecer a estrutura que a faz circular e, ao mesmo tempo, se ocultar.[14].

Sendo o sujeito estruturalmente dividido ($), ele nunca coincide com o significante que o representa. Em "Seminário da Carta Roubada", cada personagem ocupa uma posição momentânea na estrutura simbólica, e a verdade se desloca junto com o significante. Lacan afirma que "a divisão do sujeito não é certamente outra coisa senão a ambiguidade radical que se vincula ao próprio termo verdade" (1992, p. 279). A narrativa encena, assim, o retorno do recalcado: aquilo que foi deslocado do campo visível retorna para cumprir sua função simbólica.

A leitura lacaniana transforma o enredo de Poe em uma topologia da verdade. A carta não é símbolo de um segredo, mas operador de distribuição de lugares. Quando a rainha a esconde, instaura uma diferença entre o que é visto e o que é sabido; quando o ministro a rouba, desloca essa diferença; quando Dupin a reencontra, restabelece a função simbólica do significante. O que se põe em questão é a permutação de lugares, e não a simples revelação de conteúdos.

A verdade, nessa perspectiva, não se localiza no interior do sujeito, mas emerge das posições que os significantes ocupam na rede em que se articulam. O sujeito não "diz" a verdade, mas é "dito por ela". A carta, aqui como significante do desejo da rainha, pertence ao campo do Outro, e cada personagem apenas ocupa provisoriamente um lugar nessa cadeia. A verdade não é propriedade interna, mas efeito da articulação significante no campo do Outro. Assim, a agência subjetiva é reconfigurada como ponto de inscrição na rede simbólica. A análise, portanto, incide sobre a dinâmica estrutural que determina as posições e destinos dos sujeitos[15].

O conto permite formalizar o inconsciente como uma rede simbólica de posições e deslocamentos. Ao lê-lo, Lacan transforma o texto literário em uma máquina lógica na qual o significante circula segundo leis próprias, constituindo o sujeito e produzindo a verdade como efeito de posição no discurso. O ser do sujeito não precede a linguagem, mas depende da articulação significante que o representa;

14 Para Kripper, esse "meio-dizer" é o nome lacaniano do rigor ético: o silêncio do analista é o que mantém o lugar do enigma aberto. (Kripper, 2018, p. 87).

15 A respeito da dinâmica de forças no interior da cadeia significante, Perez e Starnino trazem um comentário com poder sintético: "Os significantes justamente por não ter uma identidade consigo mesmos, estariam em franca disputa. É fundamental insistir que não há um uso acabado do significante–portanto do discurso–e por isso mesmo algo assim como uma identidade coletiva se constitui pela díade: diferença/contingência e não pelo idêntico a si (2021, p. 14)

a verdade, por sua vez, não lhe pertence como propriedade, mas emerge da estrutura na qual ele se inscreve. Nesse sentido, como observa Kripper, Lacan demonstra que a verdade não é atributo do sujeito, mas da própria estrutura da linguagem que o constitui (2018, p. 10).

Em termos epistemológicos, essa concepção reinscreve e desloca uma problemática já presente em Hegel, na distinção entre certeza e verdade. Se, na *Fenomenologia do Espírito*, a certeza subjetiva é desmentida pelo percurso da experiência e a verdade se constitui no trabalho mediado do saber, em Lacan essa mediação não conduz a nenhuma reconciliação final: o sujeito não é garante da verdade, mas seu efeito. A certeza, longe de funcionar como fundamento, emerge como consequência da estrutura simbólica que antecede e excede o sujeito. Em *A Carta Roubada*, essa lógica se torna visível na impossibilidade de o sujeito "reter" a carta: ela escapa a qualquer apropriação subjetiva porque pertence à ordem do Outro, lugar no qual a verdade se articula como efeito de discurso e não como posse de um saber.

Até aqui, a função do significante implica nova concepção de transmissão da verdade. O analista, como Dupin, não interpreta conteúdos, mas lê a posição do sujeito no discurso. A verdade não se confessa: lê-se. Não é descoberta, mas deduzida do modo como o significante circula. Lacan conclui que "a carta, mesmo roubada, não perde seu valor; ao contrário, é no roubo que ela mostra sua verdade". A estrutura simbólica se afirma na contingência: a verdade não é estado, mas movimento.

O automatismo de repetição e a lógica do significante

Ao retomar Além do princípio do prazer (1920/1996), Jacques Lacan recoloca a questão da repetição freudiana sob uma luz estrutural. O que em Freud aparece como resposta àquilo que então era tido como um fenômeno paradoxal — o retorno do sujeito ao sofrimento, ao trauma, àquilo que deveria ser evitado —, em Lacan adquire o estatuto de uma lei de funcionamento da linguagem.

Freud entende a psicanálise como via de acesso à verdade do sujeito, mas não no sentido científico de verificação. A verdade surge em ato, no discurso livre, nos equívocos e lapsos da fala. A associação livre e a transferência constituem os dispositivos nos quais a verdade se produz como evento de linguagem. Ela não se impõe "contra" a resistência, mas através dela. O erro, a hesitação e a mentira têm valor de verdade porque revelam o modo singular como o sujeito está tomado pela linguagem.

Freud se perguntava: "Por que o neurótico repete justamente o que o faz sofrer?" (1996, p. 22). A resposta que ele mesmo esboça é que "o paciente não recorda coisa alguma do que esqueceu e reprimiu, mas o expressa pela atuação, repete-o, sem saber, naturalmente, que o está repetindo" (ibid., p. 21). Essa formulação freudiana

antecipa a tese lacaniana segundo a qual o sujeito não é aquele que repete, mas aquele que é repetido — um efeito do automatismo próprio ao significante.

Para Freud, a compulsão à repetição (*Wiederholungszwang*) emerge como força que ultrapassa o princípio do prazer, instaurando o domínio de algo que não se reduz ao desejo de bem-estar. Trata-se de uma compulsão inconsciente que obriga o sujeito a reviver o que foi recalcado, mesmo que isso lhe cause desprazer. "O que se repete, com tanta regularidade, não pode ser simplesmente atribuído à tendência à satisfação do prazer; deve haver algo mais primitivo e elementar por trás" 1996, p. 30), diz Freud. Esse "algo mais primitivo", que o autor denomina pulsão de morte, ganha em Lacan uma nova formulação: ele o lê como o retorno insistente do significante, como o movimento próprio da cadeia simbólica que não cessa de se reinscrever.

A introdução, em 1914, da compulsão à repetição por Freud instaura uma inflexão metapsicológica que desafia os limites da teoria do prazer e da representação. A repetição impõe-se como fenômeno sem sujeito soberano, apontando para uma dimensão de necessidade pulsional que atua fora do domínio da consciência. Freud, ao notar que o sujeito repete precisamente o que o faz sofrer, evidencia uma economia do inconsciente regida não pelo princípio de satisfação, mas por uma temporalidade própria que retorna para além da memória e do desejo. Essa repetição revela, portanto, uma estrutura semântica do inconsciente que precede a intencionalidade, tal como Lacan a reformulará: não se trata de recordar um evento passado, mas de reinscrever uma operação simbólica que constitui o sujeito no próprio ato de repetir.

A verdade, nesse contexto, não é um conteúdo oculto que espera ser desvelado, mas o próprio efeito produzido no ato de dizer. Como formula Lacan, "A verdade só pode ser meio-dita" (1998, p. 873), indicando que toda enunciação carrega necessariamente um ponto de opacidade que escapa à totalização. A repetição, ao insistir no mesmo ponto, não busca completar o que falta, mas torna visível esse resto que jamais pode ser dito por inteiro. No jogo significante de A carta roubada, é precisamente nesse meio-dizer que a verdade se localiza: a carta revela e oculta simultaneamente, organizando a circulação do saber a partir da falta que ela mesma institui.

Lacan introduz aqui a distinção entre automaton e tíkhē, extraída de Aristóteles e reinterpretada à luz da psicanálise. O automaton designa a repetição automática da cadeia significante, enquanto a tíkhē é o encontro com o real, o ponto de falha onde o sentido escapa. No caso da carta de Poe, o automaton é a circulação da carta — sua trajetória simbólica —, e a tíkhē é o momento em que a verdade irrompe, quando o ministro ou o detetive se vêem tomados por um saber que não dominam: "a verdade surge no lugar do equívoco, como efeito do que se repete" (1985, p. 294).

A repetição, portanto, não é o retorno do mesmo, mas a insistência da diferença. Cada reaparição do significante produz um novo arranjo, uma nova

posição do sujeito. Freud intui isso quando afirma que o neurótico "repete tudo aquilo que, vindo de seu passado, não foi superado" (1996, p. 21), o que Lacan traduz como a impossibilidade de fechamento da cadeia simbólica. O sujeito se constitui no intervalo entre um significante e outro, no que Lacan chama de falta-a-ser (manque-à-être)[16]. Nesse espaço, a repetição não é um defeito da memória, mas a própria estrutura do sujeito dividido.

Em A carta roubada, o sujeito é literalmente produzido pela circulação do significante. Cada personagem só existe enquanto ocupa um lugar determinado pela carta. Quando ela muda de mãos, as posições subjetivas se transformam. Lacan formula, então, uma de suas teses centrais: "O significante é aquilo que representa o sujeito para outro significante" (Escritos, 1966, p. 498). A repetição é a operação pela qual o sujeito é representado — e perdido — no intervalo entre dois significantes.

Essa concepção tem consequências diretas para a clínica. O analista não busca revelar um conteúdo recalcado, mas sustentar o espaço em que o significante possa repetir-se e deslocar-se. Como formula Lacan, o inconsciente deve ser concebido a partir de sua estrutura linguística (LACAN, 1985 [1954–1955], p. 55); por isso, o trabalho analítico consiste em escutar os modos de insistência, falha e retorno da cadeia significante. Freud, no texto *Recordar, repetir e elaborar*, já indicava que o sujeito, em vez de recordar o que foi recalcado, tende a atualizá-lo na repetição, reproduzindo-o como ato e não como lembrança consciente (FREUD, 1996 [1914], p. 150). Lacan radicaliza essa perspectiva ao sustentar que o sujeito não preexiste à repetição significante, mas é produzido por ela, na medida em que o discurso inconsciente se articula para além da intenção do eu (LACAN, 1973 [1964]).

A verdade, nesse contexto, não é um conteúdo oculto que espera ser desvelado, mas o próprio efeito produzido no ato de dizer. Como formula Lacan, "A verdade só pode ser meio-dita" (1998, p. 873), indicando que toda enunciação carrega necessariamente um ponto de opacidade que escapa à totalização. A repetição, ao insistir no mesmo ponto, não busca completar o que falta, mas torna visível esse resto que jamais pode ser dito por inteiro. No jogo significante de A carta roubada, é precisamente nesse meio-dizer que a verdade se localiza: a carta revela e oculta simultaneamente, organizando a circulação do saber a partir da falta que ela mesma institui.

Assim, o automatismo de repetição, longe de ser um obstáculo, é o motor da experiência analítica. Ele indica a maneira pela qual o sujeito se constitui como efeito do significante e pela qual a verdade se apresenta não como correspondência, mas como retorno. Em Freud, o sujeito "repete o reprimido em vez de recordá-lo" (1914/1996, p. 150); em Lacan, o sujeito é "repetido pelo significante que o representa". O papel da articulação aqui, nos parece inevitável. Conforme exemplifica Pérez:

16 "O sujeito é o que resulta de que um significante o represente para outro significante. É assim que ele se engendra na falta-a-ser, que é o correlato do desejo." 1985, p. 205

> "Esquecer é recalcar e repetir. Repetir o quê? Repetir, por exemplo, uma posição de rebeldia diante da autoridade dos pais, de vergonha diante da descoberta dos desejos sexuais, de desejo obsessivo de ver o corpo de uma mulher sem roupas perante o medo obsessivo da ameaça do pai, de adiamento de satisfação do desejo, entre outras cenas. Repetir como resposta a um conflito psíquico que domina a cena." (2012, p. 119-120).

O que *A Carta Roubada* ensina, então, é que a verdade não se localiza no conteúdo secreto da carta, mas na estrutura simbólica que ordena sua circulação e distribui as posições subjetivas. O conto encena precisamente a passagem do saber à verdade: enquanto o saber é inicialmente suposto como algo que poderia ser possuído, decifrado ou recuperado (pela polícia, pelo ministro, pelo próprio leitor), a verdade só se produz no nível da articulação significante, como efeito do movimento da carta e não de sua revelação. É esse deslizamento — do saber como objeto ao saber como função — que faz aparecer a verdade como efeito de discurso, sempre parcial, sempre deslocada. O movimento do significante, em sua insistência e repetição, não apenas institui o sujeito, mas delimita o campo mesmo da verdade, entendida não como adequação ou desvelamento, mas como aquilo que se diz apenas a meia-palavra. A psicanálise lacaniana, ao se fundar nessa lógica, rompe definitivamente com a concepção do inconsciente como reservatório de sentidos ocultos: o saber inconsciente não é um conteúdo latente à espera de interpretação plena, mas uma falta estruturante, um ponto de impossibilidade que se reinscreve na cadeia significante e a partir do qual a verdade pode, contingentemente, advir.[17].

Conclusão

A articulação entre o automatismo de repetição e a lógica do significante, tal como encenada em A carta roubada, revela como a verdade se inscreve como efeito inevitável dessa dinâmica. No percurso narrativo de Poe, reinterpretado por Lacan, o significante se move continuamente, repetindo sua lei estrutural sem que o sujeito possa interrompê-la ou dominá-la. Essa repetição não é redundância, mas a insistência de uma falta que constitui o sujeito; ela marca o ponto onde o saber inconsciente irrompe, não como conteúdo recuperável, mas como estrutura que se reinscreve indefinidamente.

É nesse entrelaçamento que Lacan delineia uma verdade propriamente psicanalítica: não por um ato de compreensão súbita, mas produzida no intervalo entre o que se diz e o que se repete sem ser dito. Assim, o que emerge do conto não é uma ilustração acessória, mas a formalização de uma topologia onde sujeito, linguagem e verdade se entrelaçam.

Lacan define a operação de verdade como movimento interditado. No processo analítico, o sujeito se defronta com a impossibilidade de dizer "toda a verdade" sobre

17 "O saber não está onde se crê que ele se acumula, mas onde ele escapa — no intervalo em que o sujeito se perde e o significante retorna". (1985, p. 247)

si mesmo. Quando acredita tê-lo feito, o processo analítico se interrompe, pois essa totalização é falsa e sintomática. A operação de verdade precisa, portanto, atravessar o "não penso", o vazio da fantasia e a perda do objeto. A verdade não é revelação plena, mas caminho de perda e de falta.

A carta roubada opera como metonímia do desejo: significante que representa o sujeito ($) para outro significante, na exata medida de sua falta constitutiva (manque-à-être), inscrita pela entrada ordem simbólica. Cada personagem acredita dominar o significante, mas se vê deslocado por ele. O rei ignora a carta; a rainha tenta ocultá-la e a perde; o ministro D. julga controlá-la, mas é dominado; Dupin a recoloca na estrutura e restabelece o circuito. O poder não está em quem fala, mas no próprio significante que os precede e determina.

A leitura lacaniana de Poe propõe uma tese: a verdade não pertence ao sujeito, mas à estrutura simbólica em que ele se constitui e se perde. O conteúdo da carta é irrelevante; ela faz circular a verdade como efeito posicional. O sujeito é portador involuntário dessa verdade, inscrito em uma topologia onde as posições se alternam. A verdade lacaniana é uma verdade de borda: manifesta-se nos deslizamentos da linguagem e nos equívocos que revelam o que o sujeito pretende ocultar. Ao retirar a verdade do domínio do conhecimento e inseri-la no dizer e no repetir, Lacan redefine a posição do analista como sustentação, e não autoridade.

O analista, como Dupin, busca o ponto da estrutura onde o significante produz efeitos de verdade. Sua tarefa é sustentar o espaço onde o sujeito articule o que o determina, permitindo que a fala revele o percurso da carta. A verdade se produz como efeito de enunciação no campo do discurso, não como revelação de um conteúdo oculto nem como descarga afetiva; ela emerge como saber não sabido, articulado na cadeia significante, no ponto de fenda entre o sujeito do enunciado e o sujeito da enunciação. Essa ética do "não saber" é o contraponto à ilusão de domínio do sujeito neurótico.

A carta roubada é, assim, uma homologia da clínica. A fala do analisando repete-se em torno de uma falta, um resto impossível de simbolizar. O analista lê o percurso do significante e não o conteúdo; seu trabalho é ouvir a circulação da carta e seus efeitos de verdade. O objetivo não é revelar, mas transformar, fazendo com que o sujeito encontre outro destino para seu dizer. Essa concepção redefine o desejo, sempre desejo do Outro — articulado no campo simbólico que antecede o sujeito. O desejo circula sem dono e retorna sob novas formas. O sujeito se reconhece quando se vê atravessado por esse movimento. A verdade do desejo está em sua metonímia, em seu eterno deslizamento.

A verdade coincide com o que se escapa e insiste. O sujeito a encontra ao aceitar sua divisão: ser falado pela linguagem. Essa incompletude é condição de existência, não falha. É o que sustenta o desejo e a fala, tornando a verdade sempre "não-toda". O saber, em Lacan, é falta estrutural, não plenitude. O inconsciente é

um saber que não se sabe, que se manifesta pelo lapso e pelo equívoco. O ministro D. acredita dominar o saber da carta, mas é dominado por ela. O sujeito fala pensando controlar o sentido, mas é falado.

A verdade não é possuída: ela nos atravessa como fluxo inevitável. Lacan nos propõe que, em última instância, somos a carta roubada — mensagem cuja origem nos excede e que, mesmo assim, sempre chega ao seu destino.: é esse movimento que obriga o sujeito a se confrontar com o impossível de seu dizer e, ao fazê-lo, a transformar-se. É uma verdade sem totalidade, sem metalinguagem, sempre dita "pela metade", mas suficiente para produzir o real do desejo.

Referências

AQUINO, Tomás de. Suma teológica. Trad. Frei Ricardo de Faria. Lisboa: Loyola, 2005. I, Questão 16.

BENVENISTE, Émile. Problèmes de linguistique générale. Paris: Gallimard, 1966. v. 1.

FREUD, Sigmund. Além do princípio do prazer. Obras completas, v. 18. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

FREUD, Sigmund. Recordar, repetir e elaborar. Obras completas, v. 12. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

GÖDEL, Kurt. Collected Works. Edited by Solomon Feferman et al. New York: Oxford University Press, 1986, v. 1,

IANNINI, Gilson. Estilo e verdade em Jacques Lacan. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

JAKOBSON, Roman. Two aspects of language and two types of aphasic disturbances. In: JAKOBSON, Roman. Selected writings II: Word and language. The Hague: Mouton, 1971.

KANT, Immanuel. Crítica da razão pura. Trad. Guilherme de Oliveira. São Paulo: Abril Cultural, 1985.

KRIPPER, Viviana. Verdad y lenguaje en Jacques Lacan. Buenos Aires: Universidad de Ciencias Empresariales y Sociales (UCES), 2018.

LACAN, Jacques. Escritos. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

LACAN, Jacques. Outros escritos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

LACAN, Jacques. O seminário. Livro 2: O eu na teoria de Freud e na técnica da psicanálise (1954-1955). Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

LACAN, Jacques. O seminário. Livro 3: As psicoses (1955-1956). Rio de Janeiro: Zahar, 1988.

LACAN, Jacques. O seminário. Livro 9: A identificação (1961-1962). Texto estabelecido por Jacques-Alain Miller. Trad. André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

LACAN, Jacques. O seminário. Livro 11: Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise (1964). Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

LACAN, Jacques. O seminário. Livro 11: Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

LACAN, Jacques. O seminário. Livro 17: O avesso da psicanálise. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.

PEREZ, Daniel Omar. O inconsciente: onde mora o desejo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012

RICOEUR, Paul. Tempo e Narrativa. Campinas: Papirus, 1997.

Revista digital: www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/modernoscontemporaneos

This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License.